



DIREÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANADIA

ATA NÚMERO VINTE E DOIS DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

-----Aos nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze, pelas dezoito horas, reuniram na Sala de Reuniões (1D04) da Escola Básica e Secundária de Anadia, sob a presidência do docente Artur Manuel Semedo Rodrigues de Melo, os elementos do Conselho Geral, à exceção de Carlos Gata Tavares, Maria Dulce Pessoa Silva Samelo representantes do pessoal docente, Maria Amália Galhardo Meneses, representante do pessoal não docente e Patrícia Flores representante dos Pais e Encarregados de Educação, cujas faltas foram devidamente justificadas.-----

----- O Presidente do Conselho Geral deu inicio aos trabalhos com a aprovação da ata da reunião anterior, tendo auscultado os presentes sobre alguma proposta de alteração ao texto da mesma, não tendo surgido nenhuma pelo que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Antes do início da ordem de trabalhos o Presidente do Conselho Geral lembrou que o regimento do Conselho permitia a possibilidade de qualquer elemento introduzir algum tema ou tópico a ser debatido previamente, não tendo surgido qualquer proposta para tal.-----

-----O Presidente passou a ler a convocatória, com a ordem de trabalhos para a reunião, a qual constava de seis pontos, os quais vão abaixo discriminados.-----

-----Ponto um - Apreciação do relatório final de execução do Plano Anual de Atividades.-----

-----Ponto dois - Análise e aprovação de alterações ao Regulamento Interno.-----

-----Ponto três - Análise e eventual aprovação Projeto Educativo.-----

-----Ponto quatro - Apreciação dos resultados do processo de auto-avaliação.-----

-----Ponto cinco - Análise e discussão dos procedimentos a efectuar para a eleição do Conselho Geral.-----

-----Ponto seis - Outros assuntos.-----

-----O Presidente do Conselho Geral informou que o documento enviado, relativamente ao ponto um, estava incompleto existindo já uma nova versão, mais completa na sua parte final, relativamente ao capítulo do PES - “Programa para a Educação e Saúde” dizendo que já o tinha consigo. Interveio o Diretor para dizer que o documento enviado não contemplava as atividades daquele projeto relativamente ao segundo e terceiro períodos, tendo também sido atualizados os relatórios relativos ao número de atividades realizadas. Foram apresentadas tabelas com o número de atividades previstas e realizadas, não previstas e realizadas, bem como as previstas e não realizadas, com as respetivas justificações, aonde podia constatar-se através das tabelas apresentadas que apenas dois e meio por cento das previstas não tinham sido realizadas. Tinham sido realizadas trezentas e vinte e seis das duzentas e cinquenta e sete inicialmente previstas (mais sessenta e uma além das previstas), aprovadas pelo Conselho Pedagógico, não se tendo realizado oito atividades planeadas no início do ano letivo, nos departamentos do primeiro ciclo e ciências sociais e humanas, pelos motivos justificados que enumerou. Relativamente às visitas de estudo informou que noventa e três por cento foram realizadas, com quarenta e sete visitas, tendo sido feitas mais sete que foram posteriormente planeadas. No entanto sete por cento (três visitas) não foram efetuadas, pelos motivos que discriminou. Destacou como fator relevante para o sucesso das visitas de estudo a cedência de transporte por parte da Câmara Municipal de Anadia, que tinha permitido que muitos alunos pudessem conhecer a região e o país, independentemente do seu meio socioeconómico. Realçou também o apoio incondicional dos Pais e Encarregados de Educação e das instituições locais. Referiu ainda que Clubes e Projetos desenvolveram atividades de acordo com os seus objetivos e que as Bibliotecas Escolares e Serviços de Psicologia e Orientação desempenharam ao longo do ano o papel de apoio e orientação aos alunos. O Presidente do Conselho Geral afirmou que a tabela e os valores nela apresentada mereciam um comentário de apreço pelo trabalho que estava a ser feito que permitia aos alunos que frequentavam os estabelecimentos de ensino, do pré-escolar ao secundário, participarem numa série de atividades. Considerou ainda que o documento que apresenta o relatório final Plano Anual de Atividades tem vindo a melhorar ao longo dos últimos anos e que algumas das orientações que tinham saído do órgão a que presidia tinham vindo a ser colocadas em prática e que o documento tinha melhorado nesse aspeto. O documento foi então votado e aprovado por unanimidade.-----

-----Passou-se à apreciação do ponto dois da Ordem de Trabalhos tendo o Presidente do Conselho Geral esclarecido que no ‘email’ enviado tinha feito referência aos

capítulos que iriam ser objeto de análise e que existiam muitas mais alterações a aprovar naquele documento, mas que não iriam ser analisadas pois iriam ser trabalhadas a nível de departamentos e que só numa reunião futura seriam objeto de aprovação pelo Conselho Geral. O Diretor informou que a comissão do Conselho Pedagógico que está a trabalhar no documento - “Regulamento Interno” já o faz há algum tempo, mas que o mesmo é muito extenso e requer trabalho rigoroso e exaustivo e que nele existem muitos pontos que merecem uma reflexão mais alargada à comunidade educativa. Afirmou que o que se propunha era que o Conselho Geral se focasse nos capítulos que eram imprescindíveis de serem corrigidos e ajustados à nova realidade no arranque do ano letivo, nomeadamente no que diz respeito ao capítulo “Direitos e Deveres dos Alunos” e ao capítulo “Disciplina”. Elencou os capítulos que deviam merecer uma reflexão, informando que os restantes capítulos apesar de já terem algumas propostas, de terem algumas correções já feitas, tinham baixado para análise dos departamentos e outros órgãos, nomeadamente toda a comunidade educativa, permitindo uma análise, reflexão, recolha de melhorias a serem apresentadas numa outra reunião do Conselho Geral. O Presidente do Conselho Geral disse que relativamente ao documento anterior, datado de dois mil e doze, alguns capítulos foram eliminados tendo-os enunciado. Passou então a enumerar, nos artigos conservados no novo Regulamento Interno, uma a uma, as alíneas que foram eliminadas. Foram efetuadas observações à tabela de estabelecimentos de ensino que compõem o Agrupamento de Escolas pois tinham em conta os ciclos de estudos e não os edifícios aonde se encontravam, bem como o facto de existirem uniões de freguesias, não tidas em conta, tendo sido decidido deixar esse trabalho de correção para a equipa do Conselho Pedagógico que analisaria as alterações ao Regulamento Interno. -----

----- No capítulo VI “Direitos e Deveres dos Alunos” o Presidente do Conselho Geral alertou que no novo documento o que ali estava seria diferente do que estava presente no anterior, tendo já feito uma análise e tendo consigo um rascunho sobre tais diferenças solicitando a ajuda dos demais presentes para essa análise. Chamou a atenção para a introdução, embora parcial, de um aspeto que estava contemplado no Regulamento Interno, na versão de dois mil e onze, o primeiro, retirado na revisão feita em dois mil e doze, que era a Seção III, que regulamenta a atribuição de prémios e louvores, sendo que agora a proposta era introduzir parcialmente já que em vez de serem considerados os “Quadro de Excelência” e “Quadro de Valores” propunha-se apenas o primeiro, o qual tem a ver com dados objetivos, classificações e médias, enquanto o segundo tem que ver com atitudes, sendo mais subjetivo. A

representante dos pais, Joana Trindade, e o professor Paulo Flores, manifestaram-se para dizer que o Conselho Geral já se tinha pronunciado sobre o assunto pelo que não compreendiam a retomada do mesmo, tendo referido que o representante dos alunos da altura, Pedro Pidwell, tinha apresentado uma proposta de referendo aos alunos. A representante dos alunos emitiu a opinião de defesa dos dois quadros, pois sabia que havia alunos que se esforçavam ao máximo mas que não conseguiam chegar ao “Quadro de Excelência” e que constarem do “Quadro de Valores” seria uma recompensa para o seu esforço, no que foi secundada pelo professor Paulo Flores. O Presidente do Conselho Geral salientou que aquela era uma proposta do Conselho Pedagógico que lhes cabia analisar e que se se concordasse poder-se-ia integrar novamente no Regulamento Interno com aquele texto ou outro texto, tendo o Conselho autonomia para eliminar todo aquele texto proposto. A representante dos pais, Joana Trindade, venceu que num Conselho Geral anterior já tinham falado, decidido e votado o tema que agora alterar o decidido sem resultados do referendo proposto não fazia sentido. O Presidente do Conselho Geral lembrou que no primeiro Regulamento Interno existiam os dois quadros mencionados e que agora só se propunha avançar para um, ao que a representante dos pais, Paula Gama, afirmou que os alunos ali presentes achavam certo existirem os dois, reafirmado pela representante dos alunos. O professor Paulo Flores manifestou a opinião de que todos os alunos eram suscetíveis de integrar um quadro qualquer e que estaria sempre pela existência dos dois quadros ou então nenhum. A representante dos pais, Paula Gama, inquiriu se não se podia apresentar uma contraproposta da inclusão de apenas um dos quadros, decidindo incluir os dois, ao que o Presidente do Conselho Geral respondeu que sim. O representante do município, professor Ângelo interveio para dizer que devia haver cautela com os critérios a adotar para o “Quadro de Valores”. Que não seria por isso que não se podia avançar mas que seria muito exigente definir os critérios no que os restantes elementos concordaram, lembrando que um aluno no “Quadro de Excelência” tinha que ter também um comportamento exemplar, o que a representante dos alunos não concordou totalmente. A representante dos pais Joana Trindade e o professor Paulo Flores disseram que aquele era um tema demasiado importante e que deveria haver um ponto na ordem de trabalhos de um outro Conselho Geral para aquele assunto. A professora Maria Licínia Simões interrogou se aqueles prémios se destinavam ao terceiro ciclo ou ao secundário tendo o Presidente do Conselho Geral informado que a única referência era o que dizia o artigo cento e cinquenta e sete que indicava que o mesmo era por ano, o que implicava a sua aplicação a todos os anos. O professor Pedro Vale disse que as classificações de cada

aluno resultam dos critérios de avaliação e que os mesmos não são iguais a todas as disciplinas o que introduz uma questão de variabilidade que se reflete no “Quadro de Excelência” mas que se deveria ir avanti com aquela decisão, tendo o professor Paulo Flores dito que a introdução no primeiro ciclo seria uma questão muito polêmica. Ficou decidido por unanimidade que a decisão de inclusão dos quadros seria adiada para outra reunião e que os representantes dos alunos iriam tentar obter a opinião dos colegas nos vários estabelecimentos e que num outro Conselho Geral iriam ouvir essa opinião e decidir de forma consciente. -----

----- Continuou depois a reunião com a leitura das outras alterações a introduzir nos vários artigos do Regulamento Interno. Foi dado ênfase à introdução da alínea que consagra a proibição do uso de meios tecnológicos de captação de imagens e sons nas salas de aula, com ênfase nos balneários. A representante dos alunos levantou a questão do saco de valores onde se guardam os objetos dos alunos nas aulas da Educação Física dizendo que a mesma não lhe oferecia garantias de segurança por poder ser acedida por alunos que não os da turma em aula. A Presidente da Câmara Municipal interveio para dizer que a interdição devia ser extensiva aos espaços disponibilizados pelo município para as atividades de educação física. O professor Pedro Vale questionou se existia alguma cobertura legal para retirar o telemóvel a um aluno, tendo o Diretor dito que se devia sempre solicitar ao aluno que desligasse o seu telemóvel e que, depois de desligado, devia ser entregue para salvaguarda, não havendo intrusão dos dados do equipamento. O não cumprimento por parte do aluno implicava um tratamento disciplinar por desobediência a uma ordem. O representante da CPCJ, João Paulo Anjos, não concordou com o procedimento de ficar com o equipamento de um aluno e que juridicamente tinha muitas dúvidas. O Diretor esclareceu que o aluno entrega o telemóvel ao professor ou ao auxiliar, não havendo um confisco, e que depois ele era entregue na Direção. Esta contactava o encarregado de educação que vinha à escola para o levantar. -----

----- Seguidamente foi debatido o ponto que propunha a transformação de três faltas de material ou de pontualidade numa falta injustificada, tendo a Presidente da Câmara Municipal inquirido se tal decorria da Lei nº 51/2012, de cinco de setembro, tendo-lhe sido respondido que não, que era uma proposta. O professor Paulo Flores emitiu a opinião que sendo aprovada a proposta o aluno era duplamente penalizado pois o professor teria outros meios para atuar sobre o aluno. O Presidente do Conselho Geral, depois de uma troca de opiniões entre vários dos elementos do Conselho propôs uma votação no sentido de manter ou eliminar as alíneas e) e f) do artigo 132º - ‘Faltas injustificadas’, tendo sido aprovado por maioria a proposta de

retirar as duas alíneas. O Diretor exprimiu a opinião que, perante esta decisão, o sistema informático deve permitir ao professor registar para seu controle pessoal estas faltas, sendo mais um elemento para a avaliação do aluno. -----

----- Passou-se então ao capítulo “Disciplina” informando o Presidente do Conselho Geral que grande parte dos artigos se mantinha igual à da versão anterior do Regulamento Interno. Na questão das tarefas de carácter cívico aplicadas aos alunos o professor Pedro Vale perguntou se elas careciam ou não da autorização do encarregado de educação do aluno ou se apenas era necessário dar conhecimento. O Diretor respondeu que há o direito de audiência, que o encarregado de educação podia concordar ou não mas que não queria dizer que não fossem aplicadas. Nas medidas corretivas havia pois sempre uma comunicação ao encarregado de educação, ou seja, havia o direito à informação e direito de audiência, podendo este opor-se, propor outras medidas ou uma reformulação das mesmas, mas que ficavam sempre registadas e eram aplicadas pela Direção pois tal está consagrado na legislação. Segundo o Diretor o maior constrangimento advinha dos pais se oporem à medida de suspensão, sendo que em regra ela só se aplica em situações tipificadas como muito graves. Alguns Encarregados de Educação sugerem a aplicação de medidas corretivas em vez das medidas sancionatórias. No entanto, a aplicação das medidas corretivas implica a alocação de meios humanos para a supervisão do cumprimento das mesmas, que nem sempre temos disponíveis. Nos outros casos de comportamento a regra é a aplicação de medidas corretivas, com o desenvolvimento de tarefas na escola. O professor Ângelo Santos perguntou qual a reacção dos pais à aplicação estas medidas tendo o Diretor respondido que por regra eles concordam ou então não opinam. Foi perguntado pela representante dos encarregados de educação, Joana Trindade, que tipo de tarefas eram essas, tendo o Diretor respondido que por regra elas são cumpridas no refeitório, no bar ou em limpezas, completando o Presidente do Conselho Geral com a informação de que as mesmas estavam enumeradas no artigo 189º do Regulamento Interno. O Diretor disse que a medida que mais frequentemente se aplicava aos alunos era a retenção dos telemóveis, pois estes chegavam a “negociar” a não aplicação da mesma em troca do cumprimento de trabalhos/tarefas na escola. -----

----- Passou-se então à análise das secções “Direitos dos pais e encarregados de educação” e “Deveres dos pais e encarregados de educação” não tendo havido quaisquer alterações à proposta apresentada pelo Conselho Pedagógico. -----

----- Todos os outros artigos com proposta de alteração foram lidos e aprovados sem correções na sua redação. O documento final, com todos os artigos alterados, foi

aprovado por unanimidade. Será enviado pelo Presidente do Conselho Geral à Direção para que dele dê conhecimento a toda a comunidade escolar.-----

----- Passou-se de seguida ao ponto três da Ordem de Trabalhos, tendo o Diretor afirmado que o “Projeto Educativo” seguia as linhas orientadoras do projeto que apresentara para análise do Conselho Geral, no âmbito concurso para Diretor, tendo passado a ler o documento. Afirmou que o Projeto Educativo era para três anos, um triénio, de acordo com a lei. Disse que os grupos disciplinares já estavam a fazer uma reflexão com base nos resultados dos últimos três anos e das metas fixadas para o ano de dois mil e quinze dois mil e dezasseis de modo a proporem as metas para dois mil e dezassete dois mil e dezoito, podendo a meta do corrente ano ser redefinida. Disse que iria colocar à reflexão a definição de uma meta mínima, que seria uma meta de segurança, mas também uma elevada, mais optimista havendo assim um intervalo de modo a poder ser atingida a meta mais ambiciosa, havendo depois lugar para uma reflexão sobre os resultados obtidos face às metas realmente definidas. O professor Paulo Flores não concordou, considerando que existindo um intervalo, que podia ser grande, podia desvalorizar o objectivo de atingir as metas máximas por parte dos professores. Não tendo havido mais considerações por parte dos conselheiros, o Projeto Educativo em análise foi então votado e aprovado por unanimidade dos elementos do Conselho Geral presentes na reunião.-----

----- Passou-se à análise do ponto quatro da Ordem de Trabalhos, dizendo o Presidente do Conselho Geral que sendo dos presentes também um dos elementos da Equipa de Autoavaliação, iria fazer referência a dois ou três aspetos, sendo o primeiro a reformulação da mesma, com a constituição de uma nova equipa, relativamente à do ano letivo anterior, sendo agora constituída por doze elementos - dez representantes do pessoal docente, um do pessoal não docente e um dos alunos. Informou que já foram realizadas três reuniões da equipa, estando calendarizadas uma por mês. Foram distribuídas tarefas em grupos de trabalho que estavam relacionados com os domínios definidos pela Inspeção-Geral da Educação - IGE, que são: “Resultados”, “Prestação do Serviço Educativo” e “Liderança e Gestão”. Informou que foi criado um “flyer” para dar a conhecer a equipa em todos os estabelecimentos e a outros parceiros da comunidade educativa. Disse que já estavam a ser criados e desenvolvidos os descritores que iriam suportar o trabalho da equipa no processo de autoavaliação nesses três domínios. Disse também que brevemente iria ser dado a conhecer, através da plataforma eletrónica e dos locais principais de afixação, o trabalho desenvolvida pela dita equipa, aproveitando para

solicitar aos presentes sugestões e orientações que pudessem melhorar o trabalho que estava a ser feito.-----

-----Passou-se de seguida ao ponto cinco e o Presidente do Conselho Geral apresentou uma proposta de “Edital” a ser afixado relativo ao processo eleitoral para o Conselho Geral, informando das várias fases do processo tal como estavam discriminadas no cronograma constante do “Edital”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Informou ainda que a comissão de acompanhamento do processo era a que tinha sido eleita na reunião anterior do Conselho Geral. Alertou para a importância da consulta dos cadernos eleitorais e informando que os impressos para formalização das listas estariam disponíveis nos serviços administrativo da escola. Passou então a ler a proposta para o Regimento Eleitoral, que foi também aprovada por unanimidade. Propôs, por fim, que as mesas de voto funcionassem apenas na escola-sede o que foi aprovado pelo Conselho Geral. -----

----- Foi acordada para a próxima reunião que, de acordo com o cronograma eleitoral, seja realizada no dia 3 de fevereiro de 2016, sendo a ordem de trabalhos: aprovação da ata da reunião anterior; tomada de posse do Conselho Geral. -----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata -----

O Presidente do Conselho Geral

(_____)

Artur Melo

O Secretário.

(_____)

Paulo Lapa